

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2018

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA:
a influência do General Meira Mattos na atuação do Estado Brasileiro.

Rio de Janeiro

2018

CEMOS 2018

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA:
a influência do General Meira Mattos na atuação do Estado Brasileiro.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Guilherme Vieira.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela eterna misericórdia e sabedoria que engrandecem minha vida e guiam meu caminho.

À minha amada esposa e filhos, por compreender os períodos de ausência ao longo da minha carreira e, em especial, ao longo deste ano. A tranquilidade que vocês me transmitem me dá forças para seguir em frente e dedicar-me inteiramente ao C-EMOS.

Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) Guilherme Vieira, pelas orientações seguras e precisas. O Apoio, dedicação e paciência prestados foram cruciais para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar as políticas públicas do Estado para a região amazônica, nos quinze primeiros anos após o fim do Regime Militar, a fim de verificar se tais políticas foram influenciadas pelas ideias propostas na obra do General Meira Mattos para aquela região. A relevância do tema reside na oportunidade de contribuir para a compreensão do papel de Meira Mattos na ação do Governo Brasileiro para a Amazônia. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo a estabelecer uma relação entre as ações do Governo Brasileiro para a integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia e as ideias propostas por Meira Mattos em sua obra. O trabalho apoiou-se, logo após uma breve caracterização da região, em uma análise da obra de Meira Mattos, de modo a observar a proposta de mudança do interesse geopolítico brasileiro para a Amazônia e seu papel relevante para o desenvolvimento do País. Seguiu-se uma análise das políticas públicas para a Amazônia, dentro do contexto temporal considerado, de modo a salientar os pontos correlatos entre suas ações e as prescrições do General. Após a pesquisa de tais políticas, concluiu-se que apesar das fontes oficiais dos governos civis não admitirem a influência do General em suas ações, o simples fato das políticas públicas estarem visivelmente alinhadas com suas prescrições, é capaz de demonstrar a relevância do General na geopolítica do Estado Brasileiro, mesmo após o final do Regime Militar.

Palavras-chave: Amazônia, Meira Mattos, Políticas Públicas, Brasil, Pan-Amazônia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A AMAZÔNIA	9
2.1	O conceito de Amazônia Legal	9
2.2	O valor estratégico da Amazônia	11
2.3	Demografia.....	14
2.4	A Amazônia Sul-Americana	16
3	A AMAZÔNIA E A GEOPOLÍTICA SEGUNDO MEIRA MATTOS	18
3.1	A Amazônia como foco da geopolítica brasileira	19
3.2	A Amazônia e o desenvolvimento do Brasil.....	21
3.3	A integração da Pan-Amazônia	26
4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AMAZÔNIA	31
4.1	O Programa Calha Norte	32
4.1.1	A gênese do Programa Calha Norte	32
4.1.2	Um programa, duas vertentes.....	34
4.1.3	A evolução do Calha Norte	36
4.2	O Projeto SIVAM/SIPAM	39
4.3	Programa Brasil Em Ação.....	43
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

A Floresta Amazônica é extremamente densa e praticamente impenetrável por via terrestre, possui quase vinte e dois mil quilômetros de vias navegáveis, incomensuráveis riquezas naturais e enormes estoques de recursos estratégicos. Com uma faixa de fronteira que se limita com sete países da América do Sul e constitui o mais extenso segmento fronteiro e representa um território estratégico para o País. Ocupar, desenvolver e defender essa enorme região sempre representou um grande desafio ao engenho humano e às políticas públicas do Brasil.

No início do século XX, alguns escritores, em sua maioria militares, mesclaram a vivência adquirida nos quartéis e o saber acadêmico, obtido nas escolas militares, para prescrever as diretrizes, de certo modo, visionárias, para o futuro da região amazônica, com vistas a inseri-la na política nacional.

O pensamento geopolítico brasileiro se consistiu, historicamente, da associação do fator geográfico à política. Sob essa influência, em 1959, o General Meira Mattos (1913 - 2007), um dos geopolíticos mais relevantes do País, lançou a obra *Projeção Mundial do Brasil*, sugerindo a alteração do eixo de interesse geopolítico brasileiro da fronteira sul para a Bacia Amazônica.

Meira Mattos propôs que a Amazônia possuía um papel de destaque no cenário nacional e internacional e, caso fosse integrada ao restante do território brasileiro e recebesse a infraestrutura básica para seu desenvolvimento, poderia se constituir em um fator de força para que o País alcançasse a condição de potência mundial.

Assim, por meio do caráter metodológico e prescritivo de sua obra, o General passou a influenciar a atuação do Estado na consecução das políticas públicas para integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia. Foram justamente esses aspectos que lhe

proporcionaram grande prestígio junto aos escalões da política e do Governo Brasileiro, em especial a partir de 1964, durante os governos militares (MATTOS, 2002).

No decorrer do Regime Militar, os esforços brasileiros concentraram-se em ocupar e integrar a Amazônia ao restante do País por meio da construção de grandes rodovias e da intensificação da presença militar, em especial nas faixas de fronteiras. Tais iniciativas apresentaram um alto custo e nem sempre lograram os resultados esperados.

A partir de 1985, ao passo que o País vivenciava o fim do Regime e início dos governos civis, o cenário existente para a Amazônia era ditado pelo incremento da cobiça internacional aos recursos minerais da região; pela instabilidade interna nos países vizinhos; e pela intensificação das questões ambientais e dos conflitos de terras, sobretudo, pela exploração madeireira e por conta da criação de reservas indígenas em áreas ricas de minérios, respectivamente.

Esse novo cenário político e o contexto internacional vivenciados impuseram um novo desafio para o Governo. A política do Estado para a região deveria passar a englobar não mais somente temas militares, mas também a preocupação com a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Portanto, dentro do contexto histórico supracitado, este trabalho tem o propósito de analisar as políticas públicas do Estado para a região amazônica, a fim de que a seguinte pergunta seja respondida: As ações do Governo Brasileiro para a integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia, após o fim do Regime Militar, foram influenciadas pelas ideias propostas na obra do General Meira Mattos para aquela região?

A hipótese proposta é a de que, mesmo após o fim do Regime Militar e início dos governos civis, as políticas públicas para a Amazônia mantiveram-se influenciadas pelas ideias propostas na obra do General, o que evidenciaria a grande relevância do autor para a geopolítica do País.

De forma a atingir o propósito do trabalho, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo a estabelecer uma relação entre as ações do Governo Brasileiro para a integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia e as ideias propostas por Meira Mattos em sua obra. O contexto temporal a ser abordado abará os quinze primeiros anos de governos civis do País, após o término do Regime Militar, entre o Governo de José Sarney (1985-1990) e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Dessa forma, além desta introdução e de uma conclusão, o trabalho se desenvolverá em três capítulos, a saber:

O segundo capítulo será constituído de uma breve caracterização da região amazônica. O conceito de Amazônia Legal, sua densidade demográfica, os recursos estratégicos disponíveis e sua inclusão em um contexto de cooperação sul-americana serão abordados de modo a proporcionar uma maior ambientação à região e uma melhor compreensão daquele ambiente e sua inserção na geopolítica do País e da América do Sul.

O terceiro capítulo realizará um compendio da obra do General Meira Mattos. O General propôs a alteração do eixo de interesse geopolítico brasileiro da fronteira sul para a Bacia Amazônica, atribuindo à Amazônia papel de destaque em um projeto que previa o Brasil como potência mundial já no início do século XXI. Para isso, prescreveu ações que deveriam ser adotadas como política de Estado para a integração, desenvolvimento e defesa daquela região.

O quarto capítulo analisará três políticas públicas adotadas pelo Governo Federal, dentro do contexto histórico proposto. A partir do que foi projetado para cada política e, de acordo com seus fins, serão observados os pontos que vão ao encontro das propostas de Meira Mattos para a Amazônia e, assim, buscar-se-á estabelecer a relação entre as ações dos governos civis e as prescrições do General.

2 A AMAZÔNIA

Neste capítulo serão apresentados alguns aspectos que proporcionarão uma maior ambientação à região amazônica, de modo a permitir uma melhor compreensão das dificuldades e desafios para o sucesso de projetos lá desenvolvidos.

Para tal, na seção 2.1 analisar-se-á o conceito de Amazônia Legal, suas características e o objetivo do Governo Federal ao instituir tal conceito. Na seção 2.2, apresentar-se-á um levantamento dos recursos estratégicos disponíveis, trazendo ao estudo o conceito de "capital natural", proposto por Becker (2009). Na seção 2.3 serão expostos aspectos demográficos, com ênfase à condição de marginalidade social de sua população e às baixíssimas taxas de ocupação, em contraponto à sua enorme extensão territorial. Por fim, na seção 2.4 será exposta uma nova ótica da região amazônica na geopolítica, que a inclui em um contexto mais amplo de integração regional com os países da Amazônia sul-americana¹, enfatizando as benesses dessa relação para o seu desenvolvimento político, social e econômico.

2.1 O conceito de Amazônia Legal

Ribeiro (2005) nos apresenta três tipos de abordagens: a Amazônia Hidrográfica; a Amazônia Florestal; e a Amazônia Geopolítica, para definir a grande região do trópico úmido, cada uma delas com sua definição pautada em critérios diferentes. Entretanto, para efeito desta pesquisa, fruto das diferenças de tais abordagens, destacar-se-á a Amazônia Geopolítica, conceito utilizado para definir a área de objeto do Tratado de Cooperação

¹ Com 6,5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia sul-americana envolve além do Brasil, sete países fronteiriços: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, a Guina Francesa (que tem fronteira com o Brasil, mas não é um país independente), e o Equador, que não possui fronteira com o Brasil (BECKER, 2009 p.92).

Amazônica² pelos Estados signatários. A parte brasileira na chamada Amazônia Geopolítica é o que se conhece por Amazônia Legal.

O conceito de Amazônia Legal foi instituído pela Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953. Seus limites não se resumem apenas ao ecossistema de predominância da floresta equatorial, que se estende também pelo território de oito países vizinhos. Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³, a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro englobando oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), num total de 5,0 milhões de km².

Nela residem 56% da população indígena brasileira. A área da Amazônia Legal confronta com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a colônia Guiana Francesa e a leste com o Oceano Atlântico. (VESSENTINI, 2001).

O Governo Federal instituiu a região muito mais em função de um conceito político do que geográfico. Sendo assim, o que se observa é a aglutinação de regiões semelhantes em seus problemas políticos, sociais e econômicos, englobadas com base em análises estruturais e conjunturais. De acordo com o IPEA, tal conceito decorre da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico e promover a integração nacional da região norte do Brasil.

² As origens da organização remontam a 1978, quando, por iniciativa brasileira, os oito países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) assinaram, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o objetivo promover o desenvolvimento integral da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos. O fortalecimento da cooperação regional é o principal meio para alcançar esses objetivos. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>> Acesso em: 20jun 2018.

³ A fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) criada em 1964 como EPEA (Escritório) e assumindo o nome atual em 1967. Disponível<[http:// www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> Acesso em: 20jun 2018.



Figura 1: Estados da Amazônia Legal.

Fonte: IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Disponível em: < <http://direitoagrario.com/proposta-pretende-alterar-lei-que-dispoe-sobre-a-regularizacao-fundiaria-na-amazonia-legal/>

Acesso em: 15 mai 2018.

2.2 O valor estratégico da Amazônia

Becker (2005) ao classificar a Amazônia como a heartland⁴ ecológica do planeta, fez uma analogia ao britânico Halford John Mackinder (1861 –1947). De acordo com Tosta (1984), Mackinder, no início do século XX, afirmava a influência dos fatores geográficos em certos acontecimentos históricos e políticos dos Estados e concluiu que a Eurásia seria o pivô geográfico da história. Dentro dessa região, a Rússia seria o seu heartland.

Becker (2009) reafirma seu conceito de heartland ecológica, apoiada na valorização sofrida pela Amazônia no século XX, fruto de sua importância para a

⁴ O Heartland foi definido originalmente como um vasto território, com amplo potencial para a agricultura, pecuária, extrativismo ou assentamento de grupos humanos. Rica em recursos naturais de toda sorte, além de terras férteis ou potencialmente agricultáveis, vastas reservas de recursos hídricos, planícies, estepes e florestas, a zona “pivô” da Eurásia incluía, em suas definições originais, a ideia de rios caudalosos, normas jazidas de recursos minerais metálicos e não metálicos, do ferro e manganês ao fósforo e potássio, mas também muito relevante, enormes reservas de recursos energéticos como carvão mineral e petróleo, este último principalmente na região do Mar Cáspio. Disponível em: < <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2017/trabalho-1000024113.pdf>> Acesso em: 20jun 2018.

sobrevivência humana em virtude dos recursos existentes na região e de seu posicionamento no continente.

A hileia⁵ é a maior província mineral do planeta e possui uma infinidade de recursos econômicos. Possui as maiores jazidas de ferro e bauxita do mundo, além de ouro, cobre, manganês, cassiterita e níquel. Na Amazônia estão disponíveis 96% de toda a reserva mundial de nióbio, um metal altamente resistente às altas temperaturas e à corrosão, utilizado principalmente em ligas para a fabricação, desde tubos de gasodutos até a indústria nuclear, passando por componentes eletrônicos e tomógrafos (DOMINGUES, 2006; RAMIRES, 2010; RIBEIRO, 2005).

Outro fator que confere relevante valor estratégico à Amazônia, reside no fato da região possuir uma enorme riqueza hídrica. A Amazônia é o maior reservatório de água doce do mundo. Os quinze maiores rios do planeta são responsáveis por 33% da água na superfície e o rio Amazonas⁶, sozinho, responde por 15% desse total, sendo o maior caudal da Terra. Há outros três rios amazônicos entre os dez maiores rios do mundo: o rio Juruá⁷, o rio Madeira⁸ e o rio Purus⁹ são, respectivamente, o oitavo, o nono e o décimo rios mais extensos do planeta. A bacia amazônica, como um todo, corresponde a 20% de toda água doce disponível na superfície (VIDIGAL, 2002).

⁵ Batizada pelo Barão de Humboldt em 1872, é a designação dada à floresta equatorial amazônica. Derivado do grego *Hilaea*, que significa mata virgem, inexplorada (TOCANTINS, 1983 p.21).

⁶ O rio Amazonas tem sua origem na nascente do rio Apurímac (alto da parte ocidental da cordilheira dos Andes), no sul do Peru, e deságua no oceano Atlântico junto ao rio Tocantins no delta do Amazonas, no norte brasileiro.

⁷ O rio Juruá nasce no Peru e deságua no rio Solimões, em um percurso de aproximadamente 3.000 quilômetros. Sendo um de seus afluentes da margem direita, do rio Solimões, é de grande importância para a região, servindo como hidrovia para diversas comunidades, já que rodovias são inexistentes na maior parte de seu curso. Em suas margens, ficam municípios importantes como Eirunepé no Amazonas e Cruzeiro do Sul (Acre).

⁸ O rio Madeira é um rio da bacia do rio Amazonas que banha os estados de Rondônia e do Amazonas. É um dos afluentes principais da margem direita do rio Amazonas. Tem extensão total aproximada de 3315 km, sendo o 17º maior do mundo em extensão. O rio Madeira nasce com o nome de rio Beni na Cordilheira dos Andes, Bolívia. Ele desce das cordilheiras em direção ao norte recebendo, então, as águas do rio Mamoré-Guaporé, tornando-se o rio Madeira - um rio de planície que traça a divisória entre Brasil e Bolívia.

⁹ O rio Purus é um curso de água da Amazônia, que percorre o território do Peru e dos estados brasileiros do Acre e do Amazonas. É um rio muito sinuoso, com águas brancas e exuberante beleza natural. É o último grande afluente da margem direita do rio Solimões.
Disponíveis em < <http://www.inpe.br/> Acesso em 21jun 2018.

O forte crescimento demográfico mundial, atrelado a técnicas industriais e agrícolas que utilizam-se vorazmente de água, gerou um grande aumento do consumo. Becker (2009) enfatiza que a ameaça de escassez provoca sua valorização, a tal ponto de considerá-la o 'ouro azul', capaz de, à semelhança do petróleo no século XX, instigar guerras no século XXI. Comenta ainda que a escassez de água é vista hoje como uma futura causa para a geração de confrontos armados entre países.

Becker (2009) demonstra um novo conceito que agrega um valor ainda maior à Amazônia: o capital natural. A expressão capital natural ou capital intangível, é utilizada por grupos de ecologistas e ambientalistas e nos auxilia a conceituar o enorme estoque de recursos estratégicos disponíveis na Amazônia. O potencial de apropriação e transformação deste "capital" em riqueza para o país, fornece a dimensão da importância geopolítica da Amazônia no cenário internacional. Becker explica muito bem esse novo processo, no qual a Amazônia passa a ser o centro mundial do "mercantilismo do capital natural". A autora indica que

Hoje, dilata-se a esfera da mercadoria, e novas mercadorias fictícias estão sendo criadas, como é o caso do ar, da vida e da água. E tal ficção está gerando mercados reais que buscam ser institucionalizados. É o que se verifica com a tentativa de implementar formas de governabilidade global sobre o ambiente planetário mediante o estabelecimento de regimes ambientais globais, e de sistemas de normas e regras específicas estabelecidas por um instrumento multilateral legal para regular ações nacionais numa dada questão (BECKER, 2009, p. 39).

A Amazônia possui uma vasta extensão territorial, grande riqueza natural e hídrica e um enorme estoque de recursos estratégicos necessários para a geração das inovações tecnológicas, se mostrando como um importante espaço vital¹⁰ para o Brasil. Assim, a região passou a atrair as atenções internacionais, fruto da cobiça pelo "capital natural" amplamente disponível.

¹⁰ O conceito de espaço vital (em alemão: Lebensraum), em geografia política, foi concebido por Friedrich Ratzel (1844-1904) e consiste no direito que uma nação possui de ampliar o espaço para sua população, levando em conta todos os recursos naturais e humanos disponíveis. As pressões demográficas e de fome poderão conduzir alguns povos a lutar pela posse de espaços vitais, pois acima das fronteiras políticas nacionais pairam os interesses da humanidade (TOSTA, 1984).

2.3 Demografia

A população da Amazônia Brasileira, segundo a Contagem Populacional efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹ é de 23,55 milhões de habitantes, correspondendo a 12,83% do total nacional, com crescimento médio de 1,64% ao ano desde 2000, quando era de 21,0 milhões.

Com uma densidade demográfica de menos de 4 hab/Km², a maior parte da população se concentra nas capitais estaduais. Entre 1950 e 2011, a população da Amazônia Legal cresceu 516%, ritmo muito acima da média nacional, que foi de 254%. Embora a taxa de crescimento apresente-se decrescente, ela se mantém 40% acima do crescimento médio nacional.

Entre alguns de seus estados, a densidade demográfica apresenta os seguintes números: Amazonas 1,8 hab/Km², Pará 5,0 hab/Km², Tocantins 4,2 hab/Km², Acre 3,7 hab/Km² e Roraima 1,5 hab/Km². A baixa densidade demográfica da Amazônia é mais explicitada quando comparada com a do Brasil, que é de 21,69 hab/Km² e a de alguns dos estados mais populosos do Brasil, tais como o Distrito Federal 393,3 hab/Km², o Rio de Janeiro 328,0 hab/Km² e São Paulo 149 hab/Km².

Os indicadores sociais na Amazônia Brasileira, em geral, são ruins, situando-se quase sempre abaixo da média nacional. À guisa de exemplo, será utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹² da região, conforme ilustrado na tabela nº 1. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Brasil ocupa a 75ª colocação dentre os 188 países avaliados e das unidades da Federação que compõem a

¹¹ Todos os dados referem-se ao último Censo Demográfico do IBGE, de 2010. Disponível em:

< <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>> Acesso em 21 mai 2018.

¹² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Disponível em < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em 21 jun 2018.

Amazônia Legal, o Mato Grosso ocupa a melhor colocação, apesar de ostentar a modesta 10ª colocação, enquanto o Maranhão possui o segundo pior índice avaliado.

Tabela 1

IDH Estaduais da Amazônia Legal	
<i>UF</i>	<i>IDH</i>
Rondônia	0,690
Acre	0,663
Amazonas	0,674
Roraima	0,707
Pará	0,646
Amapá	0,708
Tocantins	0,699
Maranhão	0,639
Mato Grosso	0,725

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>>

Acesso em: 21 mai 2018.

Em relação ao mercado de trabalho, por exemplo, segundo o IBGE¹³, enquanto a média nacional de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2014, por exemplo, era de 57,9%, a média na Amazônia Legal foi de apenas 23,35%, sendo que todos os estados da região apresentavam patamares inferiores à média nacional, revelando o amplo predomínio do emprego informal.

Conforme os dados citados nesta seção, notam-se dois grandes contrapontos. O primeiro diz respeito ao fato de que, apesar da Amazônia Legal ocupar mais da metade do território nacional, observa-se uma baixíssima densidade demográfica, em especial quando comparada com outras regiões do País. O segundo refere-se aos índices sociais, aqui exemplificados por meio do IDH da região, que expressam certa condição de marginalidade econômica e social vivenciada pelo povo da Amazônia.

Esses dois contrapontos acabam estando intrinsecamente conectados, uma vez que, apesar do enorme potencial mercantil da região, conforme demonstrado na seção 2.2, expresso pela grande quantidade de capital natural disponível, não há indícios de que tal riqueza esteja sendo revertida em benefícios sociais à população. Soma-se a isso o fato de que

¹³ Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>> Acesso em: 21jun 2018.

o enorme vazio demográfico confere grande desafio ao Governo e aumenta a necessidade da presença do Estado, ator essencial para o desenvolvimento e a manutenção da soberania brasileira.

2.4 A Amazônia Sul-Americana

Um dos aspectos que confere grande dimensão estratégica à Amazônia é ditado pela própria posição da região em relação ao restante do País e ao exterior. A fronteira norte corresponde à faixa da Amazônia Legal que se limita com sete países da América do Sul e constitui o mais extenso segmento fronteiro do Brasil, representando cerca de 70% do total da área de fronteira terrestre brasileira (BECKER, 2005).

Entretanto, a Amazônia não se restringe apenas ao território brasileiro, mas sim, envolve a extensa Amazônia sul-americana. As definições e os limites políticos entre os Estados são incapazes de abranger, de forma homogênea, os ecossistemas florestais, além disso, muitas nascentes dos rios amazônicos localizam-se fora do território nacional.

Ribeiro (2005) destaca uma nova ótica de abordagem geopolítica da região e descreve que:

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a questão da geopolítica amazônica assumiu uma nova dimensão. Não se tratava mais de interesses internacionais voltados, apenas, para a Amazônia Brasileira. Esses interesses passaram a dirigir-se para a Amazônia Continental, portanto, envolvendo à parte amazônica dos demais países sul-americanos, embora, a Amazônia Brasileira permanecesse como o canal necessário em qualquer abordagem orientada para a Amazônia em sua totalidade, seja pela sua dimensão em relação à parte amazônica dos demais países, seja pela localização geográfica estratégica que tem em relação a cada uma delas. Além disso, a Amazônia Brasileira detém, não só a foz do rio Amazonas, mas, também, a foz de todos os seus grandes afluentes que se estendem, em suas nascentes, em maior número, pelos territórios amazônicos sobre os quais os demais países têm soberania plena (RIBEIRO, 2005, p.201).

Uma vez percebido o papel geopolítico bem mais amplo da Amazônia Brasileira, focado em sua natural integração com os vizinhos sul-americanos, urge a coordenação de esforços entre os países amazônicos de modo a compor o elemento central para o

desenvolvimento da região. De certo que a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo deve servir de modelo para a implementação de uma relação que preze pela complementaridade econômica e social dos países, em especial no campo energético e da infraestrutura.

A abundância do capital natural disponível pode se converter em um grande trunfo, caso aproveitado de forma eficiente e eficaz, bem como, se constituir em um efetivo poder de barganha nas negociações internacionais. A coordenação entre os países amazônicos pode constituir fator de força nas Relações Internacionais, em especial no que tange aos aspectos de uma hipotética intervenção na soberania de qualquer um dos Estados limítrofes.

De acordo com Becker (2005), outro importante papel das relações entre os Estados fronteiriços é que a cooperação pode ajudar a conter as atividades ilícitas – narcotráfico, contrabando, lavagem de dinheiro e etc. Segundo o Almirante Vidigal (2002), a integração se faz como uma importante ferramenta contra o tráfico de drogas.

Devido à sua extensão territorial e ao seu vazio populacional, a Amazônia é uma região onde a fiscalização de qualquer ilícito é bastante problemática, exigindo vultosos recursos humanos e materiais. Organizações Criminosas utilizam-se dessa geografia e da “carência estatal” de que sofre a região de fronteira da Amazônia Brasileira, para incorporar rotas de transporte e pontos de apoio aos seus contrabandos.

A densa floresta serve de camuflagem para aeroportos, pistas e portos clandestinos no apoio ao tráfico. Os grandes produtores de drogas, estabelecidos na Bolívia, no Peru, e principalmente na Colômbia, conhecem bem essa situação, e usam a Amazônia para trânsito de seus produtos.

3 A AMAZÔNIA E A GEOPOLÍTICA SEGUNDO MEIRA MATTOS

O General Carlos de Meira Mattos nasceu em São Carlos, interior de São Paulo, em 1917, e iniciou sua vida profissional em 1936, como Aspirante do Exército Brasileiro. Alcançou o generalato em 1968, até tornar-se General de Divisão em 1973. Apesar de seu gosto e espírito realista pela carreira das armas, Meira Mattos não fugiu ao debate teórico de ideias em sua área de especialidade (MATTOS, 2002).

José Sarney (1930 -), ao assinar o prefácio de *Geopolítica e Modernidade*, nos conta que a experiência teórica de Meira Mattos se deu, naturalmente, ao singrar os cursos de ascensão profissional de Estado Maior e Superior de Guerra, como discente e, como docente, nas Escolas Superiores do Exército e Aeronáutica. Participou, ainda no posto de Capitão, da Força Expedicionária Brasileira (FEB)¹⁴ durante a Segunda Guerra Mundial, evento este que contribuiu para reunir os dois aspectos de sua personalidade, tanto o pragmático quanto o teórico, uma soma de vivências pouco experimentada pela maioria dos militares.

Neste capítulo, abordar-se-ão aspectos da obra do General com o intuito de salientar o caráter prescritivo de sua obra. Para tal, na seção 3.1, partindo-se da tendência descrita em seus livros de que o fator geográfico tem grande influência na política dos Estados, será identificada sua proposta de alteração do eixo de interesse geopolítico brasileiro, da fronteira sul para a Bacia Amazônica. A seção 3.2 abordará os aspectos que, segundo Meira Mattos, tornam o Brasil postulante à condição de potência mundial, enfatizando as diretrizes para que a Amazônia seja inserida nesse contexto e contribua para o desenvolvimento do País. Por fim, na seção 3.3 será enfatizada a importância da ocupação da

¹⁴ A Força Expedicionária Brasileira, também conhecida pela sigla FEB, foi a delegação militar enviada pelo Brasil à Europa para integrar as tropas dos países aliados (Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, Resistência Francesa etc.) contra as Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) durante a Segunda Guerra Mundial. A FEB foi concebida em 9 de agosto de 1943 pela Portaria Ministerial Nº 4744, após o Brasil ter declarado guerra ao “Eixo” em agosto do ano anterior. O símbolo da FEB é o de uma cobra fumando um cachimbo. Esse símbolo foi uma resposta àqueles que diziam que o Brasil não teria capacidade de ir à guerra. Isso só ocorreria, diziam em tom de desdém, se a “cobra fumasse”. Disponível em <http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/pag/verbetes/forca_expedicionaria_brasileira_feb.htm> Acesso em: 21jun 2018.

faixa de fronteira¹⁵ oeste e da coordenação de esforços dos países para o desenvolvimento da região, descrevendo os conceitos de pan-amazônia e de áreas interiores de intercâmbio fronteiriço.

3.1 A Amazônia como foco da geopolítica brasileira

Meira Mattos foi um grande colaborador do modelo de pensamento geopolítico brasileiro, que consiste, historicamente, na associação entre o fator geográfico e a política. Essa tendência de associar a geografia à política é fruto da influência secular de ilustres geopolíticos como o Barão do Rio Branco (1845-1912), Mario Travassos (1891-1973), Everaldo Beckheuser (1879-1951) e Golbery do Couto e Silva (1911-1987) (MATTOS, 2002).

Gabriel (2016) destaca três aspectos principais que nortearam a obra de Meira Mattos: a sua preocupação conceitual e metodológica; o detalhamento que confere aos seus estudos; e o caráter mais prescritivo à ação política do Estado Brasileiro, próprio da geopolítica. Foi justamente este último aspecto que proporcionou-lhe grande prestígio junto aos escalões da política e do Governo Brasileiro.

O Professor Doutor Philip L. Kelly (*apud* MATTOS, 2011), PhD em Ciências Políticas da Emporia State University do estado do Kansas, nos Estados Unidos da América (EUA), em seu estudo crítico sobre a obra do General, apresentado ao *Meeting da Western Social Science*, realizado em Londres em 1982 e publicado no *Journal of America Latina Studies* da Universidade de Cambridge, organizou os principais temas de seu trabalho da seguinte maneira:

- Os fatores geopolíticos são vitais para o desenvolvimento e a segurança nacional do Brasil, baseados em uma integração de planejamento político, espaço e posição territorial, recursos naturais e tecnologia, a coesão e a

¹⁵ A Faixa de Fronteira é a área, de 150 km de largura, paralela à linha terrestre divisória do Brasil com os países limítrofes (Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm > Acesso em 21jun 2018.

vitalidade da população e criatividade da liderança para resolver os problemas internos e internacionais e satisfazer as aspirações nacionais;

- O pensamento geopolítico encarece o planejamento do desenvolvimento regional para a Bacia Amazônica, isto é, segundo os conceitos de polos de desenvolvimento fronteiriços, redes de comunicações, desafios demográficos, recursos naturais e etc. Do mesmo modo, a integração da fronteira com a costa e a auto-suficiência reduzem as ameaças insurrecionistas e estrangeiras contra o interior e podem ser conseguidas dentro do quadro de cooperação e amizade do Brasil com os países hispano-americanos; e
- Desenvolvimento, poder e segurança são intimamente ligados a essa conexão, que uma vez projetada além da esfera continental para uma dimensão mundial, proporcionará o destino natural do Brasil - a obtenção do *status* de grande potência (MATTOS, 2002 p.131).

O professor Philip L. Kelly descreve que Meira Mattos parte da tradicional geopolítica brasileira ignorando o "triângulo mágico"¹⁶ boliviano, substituindo a rivalidade argentina-venezuelana-peruana por uma cooperação regional e harmoniosa para o desenvolvimento de estratégias para a Bacia Amazônica.

Dessa forma, o General Meira Mattos conseguiu deslocar, dentro das concepções geopolíticas do Brasil, os eixos de interesse do Cone Sul (Rio da Prata) para a Amazônia (Bacia do Amazonas) que, a despeito dos rigores da floresta, deverá ser conquistada e contribuirá para o desenvolvimento do Estado brasileiro. Para ele, o cerne do problema de despertar o continente está, justamente, naquela região.

De fato, a Bacia Amazônica possui grande relevância na obra do General. Ele afirma que a região deve receber maior atenção, uma forma de se contrapor à cobiça de outros Estados ou organismos internacionais. Alerta, ainda, quanto à esparsa população, que opõe as enormes áreas despovoadas à superpopulação de outros países e enfatiza a inexplorada riqueza ecológica e mineral, bem como a utilização dessa riqueza para o desenvolvimento de todos os países da América do Sul (MATTOS, 2002).

¹⁶ Para Mario Travassos os principais contrastes fisiográficos do subcontinente sul-americano giravam em torno dos antagonismos Atlântico-Pacífico e Bacia Platina e Bacia Amazônica. Para o militar brasileiro, dentre os dois antagonismos o último era o mais acentuado e colocava em jogo interesses das duas potências regionais: Brasil e Argentina. No seu pensamento geopolítico, ambos os antagonismos se materializavam em pleno território boliviano conformando um triângulo onde se confrontavam interesses brasileiros (influências amazônicas), argentinos (influências platinas) e bolivianos (influências andinas). Segundo Travassos, “a chave desse problema se encontrava no chamado triângulo econômico Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre, verdadeiro signo da riqueza boliviana” (TOSTA, 1984).

Mattos (2011) argumenta que a fronteira amazônica deve ser desenvolvida e integrada à costa, permitindo, assim, que o interior resolva problemas de rebelião e ataques estrangeiros. Considera a Bacia Amazônica como a área coração da América do Sul, cujo desenvolvimento e integração representa a chave do progresso do continente. O Brasil teria uma posição privilegiada pelo fato de que a maior parte do nosso território é adjacente ao curso da saída para o oceano.

Em sua obra, Meira Mattos forneceu diretrizes para a orientação do Poder Político do País. Ele elegeu a integração efetiva da Amazônia ao Estado Brasileiro como primordial e foi enfático ao afirmar que o futuro do Brasil depende dessa integração. Tanto a “vertebração do território nacional”, quanto a criação de polos de atração de desenvolvimento, as chamadas “áreas de intercâmbio fronteiriço”, temas que serão abordados a seguir, apontam para a direção noroeste do Brasil.

3.2 A Amazônia e o desenvolvimento do Brasil

Em *Geopolítica e Modernidade*, o General descreve a admiração que possui pelas primeiras obras de geopolítica lançadas no Brasil, datadas da década de 1930 e escritas por Everaldo Beckheuser e Mario Travassos. Este último autor lançou a obra *Projeção Continental* que, segundo Mattos, alicerçou os fundamentos da geopolítica brasileira na primeira metade do século XX. Já naquela obra, estavam traçados grandes rumos para a política nacional que conduziriam o Brasil à condição de maior potência sul-americana.

Na obra, Travassos propunha, por exemplo, o desenvolvimento de artérias longitudinais, verdadeiras vias de integração nacional que se somariam à vantagem situacional brasileira em relação à penetração do rio Amazonas para o oeste. Suas ideias de articulação vial do território influenciaram as políticas de ordenamento do Estado brasileiro e foram incorporadas aos projetos de sucessivos governos. (MATTOS, 2002).

Assim, empolgado com a visão de Travassos a respeito da geopolítica do Brasil e, conforme declaração do próprio, com o "patriotismo eletrizado", Mattos lança a obra *Projeção Mundial do Brasil*, em 1959, como forma de sugerir que o país já poderia almejar uma escalada de poder e escreve, logo em sua apresentação: " O Capitão de 1931 sonhou com um Brasil potência continental. Nós lhe pedimos licença para sonhar agora com um Brasil potência mundial."

Ao tentar descobrir qualidades que qualificariam o Brasil ao patamar de potência mundial, Mattos (2011) analisa os conceitos de poder mundial, expressos por grandes pensadores da ciência política: o sueco Rudolf Kjellen (1864-1922), o inglês Arnold Toynbee (1889-1975) e o francês Tibor Mende (1915-1984). O General faz uma reflexão sobre o espaço e a posição geográfica do Brasil, suas riquezas potenciais, a coesão de seu povo e sua história para concluir que tínhamos condições de almejar lugar de destaque frente às grandes potências mundiais.

Submetendo o Estado brasileiro à teoria de Kjellen, Mattos (2011) aprecia três aspectos de avaliação: Espaço Geográfico; Liberdade de Movimentos; e Coesão Interna.

Ao realizar o estudo do Espaço Geográfico, o General enfatiza que, segundo o critério geopolítico, a força de um Estado emana de seu território e depende da conjugação de cinco fatores: extensão, posição, articulação, povoamento e possibilidades econômicas e descreve:

1) Extensão: O Brasil ocupa a quinta posição em extensão territorial de terras contínuas, atrás da Rússia, China e Canadá e Estados Unidos da América;

2) Posição: O Brasil encontra-se situado, em quase sua totalidade, na zona equatorial e, segundo critérios gerais de estudiosos, a zona equatorial seria a mais desfavorável para o surgimento de grandes civilizações. Nesses locais, a fixação e o desenvolvimento constituem grande desafio à engenhosidade humana. Entretanto, apesar de

ênfatar que as regiões semiáridas do nordeste brasileiro e a Amazônia são as mais desfavoráveis no sentido da geografia humana, ressalta que os obstáculos devem ser superados pela energia do homem brasileiro, sobrepujando a descrença que muitos têm nele.

Segundo Cabral (2013), o General Meira Mattos, a partir de seu estudo da Teoria do Desafio e Resposta de Toymbee, descrita em *A study of history*, reitera a crença sincera nas possibilidades do mestiço brasileiro de manter uma longa, máscula e paciente tenacidade necessárias para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, a força operativa capaz de alavancar a sociedade nacional a adaptar-se ao seu contorno físico;

3) Articulação: Mattos salienta que a articulação pode alavancar ou agravar o aspecto da posição e que deve ser entendida como a posição do território em relação às linhas de comunicação marítima, aérea e terrestre. Quanto a esta última, o General admite a deficiência da comunicação terrestre com os vizinhos, no entanto, não vislumbra obstáculos insuperáveis para tal.

Cita ainda a necessidade de uma trama de modais ferroviários, rodoviários e fluviais capazes de acelerar a marcha de interiorização e integração de todo o território, com ênfase nos longínquos rincões da Amazônia, Goiás e Mato Grosso, de modo a incentivar o desenvolvimento do interior e assegurar a expansão de nossa continentalidade e o entrosamento com nossos vizinhos;

4) Povoamento: Apesar de Mattos ter enfatizado que a densidade demográfica brasileira era baixa para os padrões mundiais¹⁷, ela não deveria constituir um fator de limitação às aspirações do Estado, uma vez que a expectativa de crescimento populacional e de possíveis fluxos migratórios deveriam ser capazes de minimizar essa baixa taxa de ocupação do território; e

¹⁷ À época de sua obra, a densidade demográfica era de 7 hab./km². Hoje, segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui uma população de 202 768 562 habitantes, em uma área de 8 515 767,049 km², resultando em uma densidade demográfica de 23,8 hab./Km². Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>> Acesso em 21jun 2018.

5) Possibilidades Econômicas: O General discorre sobre o papel das commodities¹⁸ na economia brasileira, com ênfase às agrícolas e minerais, já vislumbrando o papel de destaque da agricultura e pecuária, bem como do petróleo em detrimento do carvão mineral. Enfatiza ainda a relevância dos materiais estratégicos para a consecução de uma sólida base industrial que viabilize o progresso e o desenvolvimento.

Mattos (2011) descreve trecho do prestigioso *Times* de Londres, de dezembro de 1960, que assim expressa: "Os brasileiros, com seus vastos recursos em riquezas naturais, com sua vitalidade e seu dinamismo de novo mundo, têm em suas mãos alguns trunfos invencíveis".

Becker (2009) concorda com Meira Mattos em sua análise da fronteira agrícola, que avança sobre a franja amazônica, e do estudo dos amplos recursos estratégicos disponíveis na região. Ela fornece um concreto embasamento para consolidar a Amazônia como verdadeira área-pivô da América do Sul, detentora do capital natural capaz de sustentar o desenvolvimento nacional.

Quanto ao estudo da liberdade de movimentos, Mattos (2011) ressalta que, apesar de não existirem condições insuperáveis de isolamento e barreiras físicas suficientemente capazes de impedir os movimentos, o despovoamento do interior e a precariedade dos transportes terrestres limitam a capacidade de articulação do Estado. Segundo o General, desbravar e valorizar o interior equivale a redescobrir o Brasil, pois são dois terços do nosso território que até hoje permanecem desabitados e desconhecidos.

¹⁸ Commodities (significa mercadoria em inglês) podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. As commodities são negociadas em bolsas mercadorias, portanto, seus preços são definidos em nível global pelo mercado internacional.

Existem quatro tipos de commodities:

Agrícolas: soja, suco de laranja congelado, trigo, algodão, borracha, café, etc; *Minerais*: minério de ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, prata, etc; *Financeiras*: moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos de governos federais, etc; e *Ambientais*: créditos de carbono. Disponível em:

<https://www.suapesquisa.com/o_que_e/commodities.htm> Acesso em : 22jun 2018.

Com relação ao aspecto da coesão, Mattos (2011) vislumbra a vantagem do Brasil combinar dois fatores primordiais: a forma física do território e a unidade espiritual da população.

A forma física compacta do Brasil possui praticamente a mesma extensão, tanto no sentido dos meridianos, quanto dos paralelos. A grande extensão no sentido dos paralelos proporciona uma boa diferenciação de climas ao longo do território e gera benefícios na produção e economia das regiões. Assim, o General não vislumbrou tendências desagregadoras incidindo sobre o País.

Mattos (2011) subdivide a unidade espiritual da população em: unidade de língua, de formação racial e de crença religiosa. Ele não duvida que há uma forte coesão e uma compacta unidade espiritual no País. Em todas as regiões, a população vibra uníssona diante do Pavilhão e do Hino Nacional, compactua as mesmas crenças e a mesma língua.

De acordo com Mattos (2002), o País já havia chegado a uma plataforma de lançamento para alcançar o nível de potência. Para isso, o desenvolvimento nacional exigia uma política de interiorização e valorização da grande massa continental, com lugar especial para a Amazônia e o Centro-Oeste, provendo-os de infraestrutura, comunicações e povoamento.

Enfim, em *A Geopolítica e as Projeções de Poder*, Meira Mattos ressalta que, uma vez alcançado o status de potência, o Brasil assumirá novas responsabilidades, em especial na área da segurança externa e afirma: "Devemos estar preparados para proteger nossos interesses, cujas dimensões, em termos de economia e geoestratégia, adquirirão amplitude mundial". Em *Geopolítica e Destino*, o General cita a necessidade de expansão do papel estratégico do País em duas áreas de interesse: o Atlântico Sul e a Bacia Amazônica.

Para o General, a necessidade de garantir a Segurança Interna e a Defesa Externa dessas regiões devia ser considerada nos projetos de desenvolvimento. Especificamente para a

Amazônia, Mattos (2002) sugeriu a estratégia de dissuasão, com a manutenção de uma tropa ambientada e adestrada, capaz de operar em ambiente de selva e de tornar qualquer aventura bélica de outros países extremamente cara, no sentido de perdas de vidas, material e tempo de combate.

Em síntese, Mattos (2002) insiste que, apesar dos rigores da floresta, a região deverá ser conquistada, povoada e integrada ao restante do país, assim, contribuirá para o desenvolvimento brasileiro. Seus amplos recursos minerais serão úteis ao estabelecimento de uma base industrial e tecnológica forte. Para ele, vencer os desafios que a selva impõem servirá de estímulo para o povo e despertará o Brasil para o seu destino natural, o de grande potência mundial.

3.3 A integração da Pan-Amazônia

Em *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*, Meira Mattos entende a constituição do território brasileiro como sendo fruto de quatro fases: fase de expansão; fase de regularização; fase de demarcação e fase de vivificação ou povoamento. Ao admitir que o País já se encontra na sua quarta fase de constituição territorial, o General propôs, como projeto geopolítico vital para o Brasil, o desenvolvimento e a ocupação da fronteira ocidental do País, em particular das terras amazônicas.

Como forma de se alcançar essa vivificação, Meira Mattos sugere um plano de continentalização "de enormes regiões interiores de países fraternos e vizinhos, mas que nunca souberam dar-se as mãos pelas portas das conexões terrestres de seus territórios, que mal conheciam, escravos que eram da via marítima para se comunicarem" (MATTOS, 2011). Para ele, os pontos primordiais dessa continentalização se baseavam na Segurança e no Desenvolvimento da região,

De modo a conceituar essa região, muito mais extensa e abrangente do que a própria Amazônia Brasileira em si, o General Meira Mattos lançou mão do conceito de "Pan-

Amazônia", ao escrever a sua obra *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, em 1980. O conceito expressa o conjunto da imensa região natural portadora de ecologia uniforme e que abrange os territórios de seis países tributários: Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

Mattos (2011) enfatiza que a região ocupa cerca de dois quintos da América do Sul, porém, apresenta uma baixíssima densidade demográfica e, a partir daí, traça um paralelo entre o isolamento e o pauperismo vivenciados por sua população em contraposição a um ambiente de progressão planetária vertiginosa. Ao citar Estados superpovoados como o Japão, Indonésia e Bangladesh, Mattos demonstra que manter essa área continental despovoada é um desafio perigoso, frente a uma inquietação internacional já eminente.

As províncias amazônicas necessitam de uma política de comunidade, capaz de impulsioná-las para um crescimento social e econômico. O General sugere que um plano de desenvolvimento para a pan-amazônia, de caráter socioeconômico e em escala multinacional, traria benefícios para todos os países condôminos, com o conseqüente alargamento das fronteiras econômicas e com vantagens extensivas ao equacionamento da problemática ecológica e das necessidades regionais.

Na visão de Silva (2017), para Meira Mattos, a grosso modo, os sentidos das palavras progresso e desenvolvimento podem ser pensados como sinônimos. Indicam, basicamente, acréscimo populacional, expansão da infraestrutura, construção de rodovias, militarização estatal, intensificação comercial e, sobretudo, implantação e consolidação da economia em áreas concebidas como despovoadas do interior brasileiro.

Mattos (2002) propõe alguns elementos para este amplo plano estratégico multinacional que, em resumo, consiste:

- selecionar a área mais crítica da região, por ser mais isolada a Amazônia Ocidental, como alvo prioritário do plano de desenvolvimento;
- realizar a abordagem desta área, Amazônia Ocidental, partindo de três frentes – a tradicional, saindo da foz e subindo o rio, a do planalto central brasileiro e, finalmente, descendo dos Andes e do sistema guiano; cada país participante de cada frente se empenharia em realizar programas de

desenvolvimento nacionais que o arrastassem a fronteira econômica em direção à Amazônia Ocidental;

- estimular nas áreas de conexão fronteiriça – Clevelândia (Guiana Francesa), Tiriós (Suriname), Normandia (República da Guiana), BV8 (Venezuela), Auarís, Cucui e Letícia (Colômbia), Tabatinga e Assis Brasil (Peru), Brasiléia, Porto Velho e Guarajá-Mirim (Bolívia) – no sentido de, em torno delas, criar-se um polo binacional de desenvolvimento social e prosperidade econômica, tomando como modelo os exemplos de convivência internacional profícua alcançados na fronteira sul (Livramento / Rivera e Uruguaiana / Los Libres); e

- estimular em toda a Amazônia Brasileira a execução de projetos e programas de transportes, de navegação, de construção de aeroportos, de educação, saúde, saneamento básico, telecomunicações, agricultura, pecuária e indústria (MATTOS, 2002 p. 80).

Nesse contexto, Mattos (2011) apresenta as áreas interiores de intercâmbio fronteiriços. Essas áreas-polo teriam a função principal de conectar os interesses internacionais em benefício dos países limítrofes, utilizando-se das malhas de transportes já existentes e das projetadas. A figura 2 apresenta as três áreas vislumbradas pelo General.

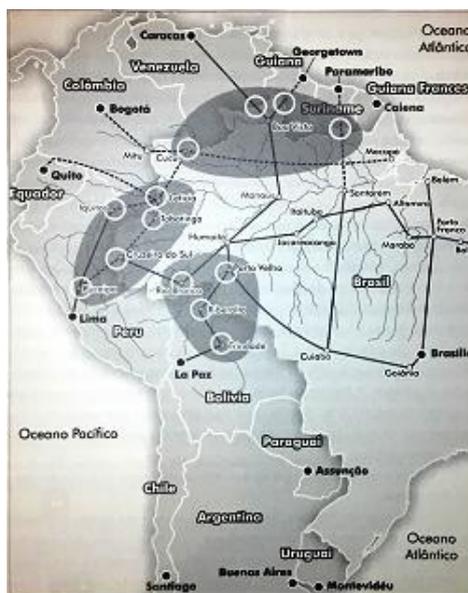


Figura 2 - Áreas interiores de intercâmbio fronteiriço.

Fonte: Meira Mattos (2002, p. 89).

De acordo com Mattos (2011), as áreas multinacionais listadas deveriam ser alvo de tratados e acordos entre os países participantes, integrando-os a uma comunidade econômica que permitisse torná-las centros irradiadores de progresso. Essas regiões deveriam

ser encaradas como pontas de lança para os projetos nacionais na área dos transportes, telecomunicações e incentivos à produção econômica.

As cidades de Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista, fruto das ações desbravadoras históricas de colonização, já constituem polos de apoio administrativo e suporte logístico para as áreas-polo fronteiriças, muito menos desenvolvidas. Cabe ao interesse político de cada Estado limeiro, desenvolver ações capazes de imprimir o fortalecimento dessas áreas-polo e integrá-las aos polos regionais de dentro e fora do País (MATTOS, 2011).

As reflexões de Meira Mattos a respeito de uma ação multinacional de desenvolvimento e integração da pan-amazônia foram, em grande parte, influenciadas pela euforia e entusiasmo que o autor vivenciou com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em Manaus. O TCA, assinado em 1978, reuniu Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e resultou de um esforço diplomático em torno da ideia de integração.

Para Mattos (2002), o que mais o entusiasmou foi que, com a assinatura do Tratado, os países condôminos demonstravam estar superando suas desconfianças e pequenas rivalidades históricas, em prol de um projeto regional comum, indispensável para a vida do povo ribeirinho e para a expansão econômica da grande Bacia Amazônica.

Becker (2005) reforça a ideia de Mattos a respeito da integração da pan-amazônia, por ela chamada Amazônia transnacional. Em uma análise um pouco mais ampla, ela enfatiza a importância da integração por três razões principais. A primeira se deve ao fato de que a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercosul¹⁹, tornando-o mais competitivo

¹⁹ Com mais de duas décadas de existência, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991.. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul>> Acesso em: 22jun 2018.

frente à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ²⁰ e à União Europeia. A segunda razão é que a presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional, fortalecerá a voz da América do Sul. E, por fim, porque é fundamental estabelecer projetos conjuntos para o aproveitamento da biodiversidade e da água.

Ao analisar a obra de Meira Mattos, Villas Bôas (2013) faz a ressalva de que, para concretizar o potencial de integração sul-americano, é essencial que o Brasil não deixe de considerar a realidade econômica e social dos países vizinhos. Apesar de ser viável inferir-se que um modelo de interiorização do progresso e do desenvolvimento beneficiaria a todos, inclusive aos povos dos países limítrofes ao território nacional brasileiro, apenas soluções pontuais, restritas ao nosso território, poderão gerar desigualdades regionais.

Como consequência, os ilícitos, os problemas ambientais, a precária rede de transporte, de comunicações e de serviços básicos de dois ou mais países, poderão provocar o surgimento de um fluxo migratório em busca de melhores condições em nosso País, como o que ocorre atualmente em Tabatinga, junto à Tríplice Fronteira (VILLAS BÔAS, 2013).

Enfim, a adoção de uma política nacional que valorize a continentalidade e a integração das áreas-polo fronteiriças aos polos regionais do Brasil, aliada a um projeto multinacional de desenvolvimento da pan-amazônia, transformará as regiões interiores em áreas de intercâmbio internacional, atraindo para elas transportes, comunicações, população e serviços públicos, e representará um toque de alvorada não somente no País, mas em todos os nossos vizinhos.

²⁰ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é um projeto de bloco econômico que reúne países da América, tanto do sul, central e do norte. É considerado um projeto porque, ao longo das reuniões que foram feitas pelos países participantes, surgiram discordâncias entre eles e no fim de 2005, as negociações pararam. A proposta foi feita pelos Estados Unidos, no dia 09 de dezembro de 1994, em Miami. Disponível em: <<http://blocos-economicos.info/alca.html>> Acesso em: 22jun 2018.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA

Neste capítulo serão apresentados os principais programas do Governo Federal na Amazônia, dentro do contexto temporal proposto por esta pesquisa que se dá entre o fim do Regime Militar, com o início do governo José Sarney e o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para tal, o capítulo está estruturado da seguinte maneira:

Na seção 4.1, abordar-se-á o Programa Calha Norte, que visa a promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região Amazônica. Apesar de o Programa manter-se vigente, ele passou por algumas transformações desde sua gênese, abordada na subseção 4.1.1. Na subseção 4.1.2, será demonstrada a dinâmica da atuação do Programa através de suas duas vertentes de atuação e as mudanças que ocorreram até os dias atuais, com sua evolução exposta na seção 4.1.3.

Na seção 4.2, serão abordados o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), projetos que têm a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região.

Na sequência, a seção 4.3 fará uma exposição a respeito dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, lançados por meio do Programa Brasil em Ação, destacando uma mudança na política do Estado para Amazônia, substituindo a noção de polos de desenvolvimento por eixos integrados de desenvolvimento e o incremento de iniciativas para a integração do País com as regiões do Pacífico e Caribe.

4.1 O Programa Calha Norte

4.1.1 A gênese do Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte (PCN) foi elaborado por um grupo coordenado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) durante o Regime Militar e veio ao conhecimento público durante os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Oficialmente conhecido como "*Desenvolvimento e Segurança da região ao norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas - Projeto Calha Norte*", o PCN só foi colocado em prática em 1985 durante o governo Sarney (NASCIMENTO, 2013).

À época, a Guerra Fria²¹ ainda vigorava e representava uma preocupação geopolítica para Estado brasileiro. Uma das principais justificativas para o PCN apresentadas pelo Conselho de Segurança Nacional em 1985 era que, por meio das disputas fronteiriças envolvendo Venezuela, Guiana e Suriname, da emergência de lideranças personalistas nos governos da Guiana e do Suriname, além da projeção dos movimentos revolucionários do Caribe e da influência cubana, era possível que o antagonismo Leste-Oeste se propagasse na parte norte da América do Sul (MONTEIRO, 2011).

O Programa visava a abranger três áreas geográficas com características peculiares: a faixa de fronteira; a faixa ribeirinha, que compreende a calha dos rios Solimões/Amazonas, e a faixa interior, denominada hinterlândia, situada entre as duas primeiras. Para Silva (2007), a carência de infraestrutura e de ações do governo, além da

²¹ Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a Ex-União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra direta entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear. A corrida armamentista pela construção de um grande arsenal de armas nucleares foi o objetivo central durante a primeira metade da Guerra Fria, estabilizando-se da década de 1960 até à década de 1970 e sendo reativada nos anos 1980 com o projeto do presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan chamado de "Guerra nas Estrelas". Disponível em: < <https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>> Acesso em 22jun 2018.

existência de ilícitos de várias ordens, na fronteira com os países amazônicos justificativa a intervenção nas áreas estabelecidas.

A vulnerabilidade da “faixa de fronteira” e o contexto político vivenciados à época da concepção do PCN são expressos por Cavagnari (1994) no seguinte trecho:

A ameaça de ocupação internacional da floresta já alimenta os projetos das forças armadas há muitos anos. Entre os argumentos apresentados pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para a criação do Projeto Calha Norte, em 1985, por exemplo, estavam: a cobiça internacional dos recursos minerais existentes na região; o crescente trânsito ilegal de estrangeiros; a instabilidade interna nos países vizinhos; a intensificação dos conflitos de terras; e pressões (internas e, sobretudo, externas) para criação de reservas indígenas em áreas ricas de minérios e na faixa de fronteira (CAVAGNARI, 1994 p.32).

Oficialmente, de acordo com a Secretaria do Programa Calha Norte, o PCN tem por objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar. Nesse ponto, o programa está alinhado com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa. O PCN proporciona assistência às populações e as fixam na região. Por isso, uma das suas metas é aumentar a densidade demográfica, visando a promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

Para Denys (1997), inicialmente, o PCN tinha como finalidade proporcionar ao Estado melhores condições de salvaguardar a integridade territorial, bem como exercer a sua soberania naquela extensa região abrangida pelo mesmo. Ele ressalta que a vulnerabilidade da região no que tange à integridade e soberania é amplificada pelo cenário de vazio demográfico, hostilidade e o desconhecimento do ambiente, além da extensa fronteira.

Nascimento (2005) reforça que o foco inicial do PCN estava direcionado para as áreas de fronteira e enfatiza que, especificamente, as áreas onde os recursos minerais e as reservas indígenas estavam sobrepostas receberam maior atenção. Para ela, o Programa foi

evoluindo para iniciativas de desenvolvimento ordenado e sustentável da região fronteira amazônica. O período de 1986 a 1994 foi de intensificação da presença militar na Amazônia.

Na sua trajetória, o PCN esteve vinculado a diversos órgãos do Governo Federal. A partir de 1999, o PCN passou à subordinação do Ministério da Defesa que, de acordo com a Secretaria do Programa Calha Norte, considerando a estratégia adequada à região, busca desenvolver ações que colaborem efetivamente para as duas principais vertentes do Programa, que serão abordadas a seguir.

4.1.2 Um programa, duas vertentes

De acordo com as informações do Ministério da Defesa²², o PCN está estruturado em duas vertentes de atuação multidisciplinar em áreas como desenvolvimento econômico, educação, saúde, saneamento, mobilidade urbana, entre outras.

A primeira das vertentes é a militar, que possui duas ações: desenvolvimento sustentável e adequação da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira na região do programa, de modo a contribuir para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região do Calha Norte.

De acordo com o *Manual de Convênios e Contratos de Repasse do PCN*, as ações voltadas para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região do Calha Norte preveem: "Adequação de Embarcações para Controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região do Calha Norte; Infraestrutura de Unidades Militares na Região do Calha Norte; Logística Operacional para apoio às atividades do Calha Norte; e Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte".

Monteiro (2011) afirma que essas ações podem ocorrer nos municípios onde se localizam as Organizações Militares (OM) ou em outros municípios, sendo elas as

²²Disponível em < <https://calhanorte.defesa.gov.br/programa.html>.> Acesso em 19 jun 2018.

responsáveis pela execução dessas ações, o que dificulta o entendimento sobre a área de abrangência de cada ação. Tais ações dessa vertente visam, principalmente, à infraestrutura das próprias Organizações Militares (OM), bem como, subsidiar as atividades de assistência às populações locais, por elas desenvolvidas. Assim, Monteiro analisa que as OM situadas em Manaus-AM e Belém-PA, que possuem o maior número de OM subordinadas da região amazônica, recebem grande parte das verbas, apesar de as ações estarem localizadas em outros municípios.

Como exemplo, pode-se citar que, segundo dados disponíveis no sítio eletrônico do PCN²³, existem 28 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), responsáveis pela vigilância do território brasileiro nas fronteiras com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e a Guiana. Os soldados apoiam ainda a repressão ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à biopirataria, à exploração ilegal de madeira e de minério.

Os recursos do PCN permitem que a infraestrutura desses PEF seja desenvolvida e mantida com ações como construção de lanchas, aquisição de motores para barcos, construção, reforma e ampliação de paióis de munição, quartéis, aquisição de mobiliários e equipamentos de comunicações e atendimento odontológico aos militares e à população ribeirinha, manutenção de aeronaves, motores e equipamentos, aquisição e manutenção de embarcações e instalação e manutenção de redes elétricas.

Nascimento (2013) afirma que a atuação das Forças Armadas, principalmente do Exército, é forte porque as Forças já estavam presentes na área de atuação do PCN quando a iniciativa teve início, em 1985. Entretanto, apesar de possuir um forte viés militar, o site do Programa *online*²⁴ enfatiza que ele não é apenas militar. Embora admita que só os militares envolveram-se de forma efetiva, naqueles tempos iniciais, o Programa ressalta que um dos objetivos do Calha Norte é justamente integrar ações e políticas.

²³ Disponível em <<https://calhanorte.defesa.gov.br/programa-vertente-militar.html>> Acesso em 19 jun 2018.

²⁴ Disponível em <<https://calhanorte.defesa.gov.br/programa-vertente-civil.html>> Acesso em 19 jun 2018.

A concepção inicial do Programa previa, além da participação dos então Ministérios Militares, diversos outros órgãos governamentais que, integrados, estariam envolvidos na execução dos projetos e obras, no atendimento para a cidadania, com saúde, educação, comunicações, mobilidade, água e saneamento, e integração das comunidades.

Assim, de maneira a contribuir para a promoção do desenvolvimento regional, o Programa conta com a segunda vertente, a Civil²⁵ que possui uma ação voltada para a "Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região da Calha Norte".

De acordo com Monteiro (2011), a vertente civil tem sido realizada por meio dos convênios com as prefeituras municipais da área de atuação do PCN. São sete áreas temáticas de atuação dos convênios: infraestrutura social; infraestrutura de transportes; infraestrutura econômica; viaturas, máquinas e equipamentos; esportes; educação e saúde; e segurança e defesa.

Dessa forma, por meio de ações que abarcam desde o aumento contingente militar até a implantação de infraestrutura básica, o PCN assumiu um papel maior do que puramente o de Defesa e ocupação territorial, com preocupações voltadas não somente para a manutenção das fronteiras. Na seção seguinte, abordar-se-á a evolução do PCN de modo a exemplificar essa mudança de entendimento e enfoque.

4.1.3 A evolução do Calha Norte

Inicialmente criado com o intuito de intensificar a presença do Estado na região ao norte dos rios Solimões e Amazonas e promover a ocupação ordenada da Amazônia Setentrional, o PCN cresceu gradualmente, ao longo de seus 33 anos de existência, até chegar ao número atual de beneficiados: quase 9 milhões de brasileiros, segundo dados do Ministério da Defesa²⁶.

²⁵Disponível em < <https://calhanorte.defesa.gov.br/programa-vertente-civil.html> > Acesso em 19 jun 2018.

²⁶Disponível em < <https://calhanorte.defesa.gov.br/linha-do-tempo.html> > Acesso em 19 jun 2018.

Monteiro (2011) apresenta uma divisão temporal que representa três momentos distintos do PCN:

- 1) entre 1985 e 1989, período marcado pela concepção inicial do Programa, pela transição do contexto político interno e externo, cujos marcos foram a redemocratização e o fim da Guerra Fria, e pelo patamar relativamente elevado dos investimentos;
- 2) entre 1990 e 2002, período de recursos escassos para as Forças Armadas como um todo e especificamente para o PCN, quando a relação civil-militar foi redefinida em novas bases, com destaque para o lançamento da Política de Defesa Nacional (1996) e a criação do Ministério da Defesa (1998); e
- 3) a partir de 2003, período de retomada, principalmente em relação aos recursos e à ampliação da área de abrangência (MONTEIRO, 2011 p.120).

Conforme citado por Monteiro (2011), o segundo período proposto foi de relativa paralisia por conta dos escassos recursos disponibilizados para o Programa. Dessa forma, será dado maior enfoque ao primeiro e terceiro períodos, uma vez que é entre eles que se nota a expansão do PCN, com a ampliação de sua área de atuação e dos recursos disponibilizados.

Apesar da permanência do nome e de vários aspectos formais, Silva (2007) enfatiza que o Programa apresenta algumas diferenças entre o momento inicial e o de sua retomada, dentre as quais ele destaca: as motivações geopolíticas, a área de abrangência, a obtenção e o direcionamento dos recursos, o órgão de comando e o nível de centralização.

Quando foi concebido, durante o Governo Sarney em 1985, o Projeto possuía uma área de abrangência que continha 74 municípios, a maioria situada na faixa de fronteira, na faixa ribeirinha (a calha dos rios Solimões/Amazonas) e na faixa interior (denominada de hinterlândia e localizada entre as duas primeiras faixas) (Nascimento, 2013), conforme abordado na subseção 4.1.1.

No contexto do primeiro período, em *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*, Meira Mattos enfatiza que o PCN consistia na concretização de sua perspectiva de que as Forças Armadas e a diplomacia mantinham uma preocupação permanente com as fronteiras ao longo da história do Brasil.

De fato, nos primeiros anos, a segurança e o desenvolvimento da região deveria ser obtida por meio do povoamento em torno das unidades militares instaladas, de modo que as Forças Armadas dariam suporte às populações locais por meio de sua infraestrutura. O General considerava que ação direta dos agentes do governo central era materializada pela presença institucional das Forças Armadas na fronteira amazônica.

A partir de dezembro de 2003, o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação das práticas ilícitas na região tornaram necessária a ampliação da área de atuação do PCN (Ministério da Defesa²⁷). Essa ampliação gerou uma reestruturação e o aumento das verbas direcionadas ao Programa (MONTEIRO, 2011). Para ele, o PCN, em sua evolução, passou a apresentar novas configurações de comando e controle, por meio da negociação entre governo central e esferas locais e regionais para a aplicação de políticas de controle estatal.

Segundo Nascimento (2013), o PCN aumentou sua área de abrangência, passando a englobar 194 municípios, sendo 96 destes localizados na Faixa de Fronteira, pertencentes a seis estados: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e ao entorno da Ilha de Marajó na porção norte do Estado do Pará. Essa atual área corresponde a 32% do território nacional, onde vivem cerca de 9 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena brasileira.

A seguir, apresentam-se dois gráficos que demonstram, primeiramente, o incremento do repasse de recursos ao Programa após 2003 (Gráfico 1). No segundo, tem-se uma comparação entre os recursos disponibilizados para as duas vertentes, com o intuito de demonstrar o gradativo aumento da preponderância da vertente civil em detrimento da militar:

²⁷ Disponível em <<https://calhanorte.defesa.gov.br/linha-do-tempo.html>> Acesso em 19 jun 2018.

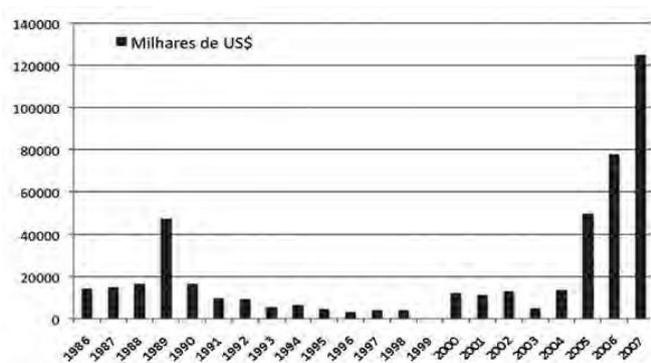


Gráfico 1: Repasse de verbas ao PCN
Fonte: MONTEIRO, 2011 p.120.

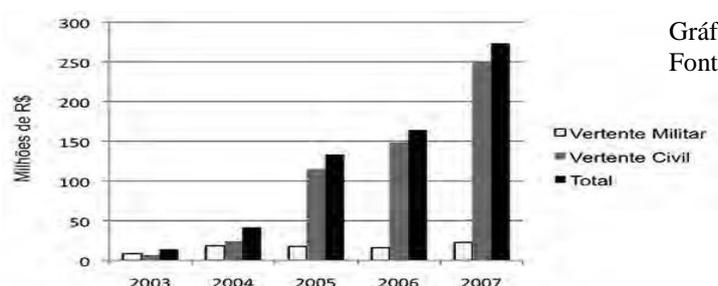


Gráfico 2: Repasse de verbas, por vertente.
Fonte: MONTEIRO, 2011 p.125.

Dessa forma, atualmente, o que se pode observar é que a descentralização das ações governamentais, o desenvolvimento institucional local e a perda de influência das Forças Armadas na política nacional constituem a conjuntura da atuação do PCN, com o predomínio relativo da vertente civil sobre a militar, com um projeto de desenvolvimento voltado para o atendimento social que transcende o aspecto de vigilância e ocupação da região Amazônica, de interesse político-estratégico. O Calha Norte evoluiu, assim, para um programa governamental e intersetorial, que envolve diversas agências estatais de considerável alcance social para os brasileiros.

4.2 O Projeto SIVAM/SIPAM

Apesar do esforço brasileiro em ocupar e integrar a Amazônia ao restante do País por meio da construção de grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a Brasília-Acre e a Transamazônica, o que se observou foi que tais projetos, os quais marcaram as iniciativas do

governo militar, tiveram um alto custo e nem sempre lograram os resultados esperados (LOURENÇÃO, 2003).

Nascimento (2013) destaca que a década de 1980 trouxe uma agenda política mais abrangente para o Governo Brasileiro e, com ela, surgiu uma nova concepção de defesa. A construção das grandes rodovias possuía um custo ambiental altíssimo e a crescente pressão de movimentos internacionais contra o desmatamento da floresta e a má utilização dos recursos naturais era evidente.

As crescentes disputas fundiárias, a poluição dos rios ocasionada pela atividade mineradora e uma política indigenista ineficiente demandaram uma postura mais incisiva por parte do Governo. Segundo Nascimento (2013), a política do Estado deveria passar a englobar não mais somente temas militares, mas também a preocupação com a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Essa posição mais assertiva do País requereria uma maior vigilância e controle do território amazônico, já que os meios tradicionais de presença do Estado eram bastante prejudicados, uma vez que as características demográficas e geográficas da região dificultam o estabelecimento de redes de comunicação e integração urbanas, conforme abordado no capítulo 1.

Lourenção (2003) descreve que a falta de uma ferramenta que fosse capaz de gerar e processar informações úteis, integradas e adequadas sobre as potencialidades e limitações da Amazônia, teria sido fator determinante da recorrente ineficácia governamental para a região. Ele cita que a dificuldade de acesso, de comunicação e coordenação entre os representantes dos vários órgãos governamentais agravou, ainda mais, essa desinformação.

É nesse contexto que o governo brasileiro concebeu o Projeto SIVAM / SIPAM, entre 1989 e 1990:

Precisamente, em setembro de 1990, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR), os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça apresentaram ao

Presidente da República uma exposição de motivos oferecendo um diagnóstico sobre a questão amazônica e seus aspectos geopolíticos e propondo um modelo institucional de ação com a missão específica de tornar-se uma resposta aos problemas que o País vinha sofrendo diante da devastação ambiental da Região e, também, de outras ações criminosas que nela vinham sendo praticadas – o contrabando, o narcotráfico, a garimpagem altamente poluente dos rios, as agressões às populações indígenas, etc.

A exposição de motivos apresentou os estudos preliminares que levaram à concepção dos projetos SIVAM e SIPAM. O primeiro era o Serviço de Vigilância da Amazônia – SIVAM; o segundo era o Serviço de Proteção da Amazônia – SIPAM. Dois projetos complementares, cara e coroa de uma mesma medalha, isto é, o controle e monitoramento da ação antrópica sobre a Amazônia e a articulação interinstitucional indispensável para promover o seu desenvolvimento com o máximo de sustentabilidade.

Desses, o mais complexo, não só pela sua amplitude, mas, principalmente, pelas características científicas e tecnológicas que deveria atender, era o SIVAM, cuja elaboração ficou a cargo do Ministério da Aeronáutica. A elaboração do SIPAM ficou a cargo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE / PR) (RIBEIRO, 2005 p.423).

O SIVAM é a infraestrutura técnica e operacional de um programa de abrangência multiministerial, o SIPAM, sendo considerado seu principal instrumento na proteção e defesa da soberania nacional na Amazônia. Ambos os sistemas visam a proteger toda a área da Amazônia Legal, buscando promover um desenvolvimento sustentável para a região e seus habitantes (LOURENÇÃO, 2003). Assim, Ribeiro (2005) expõe que o SIVAM complementa o SIPAM, uma vez que consiste em um conjunto de equipamentos, tecnologias e estratégias de ação, com o intuito de exercer vigilância sobre a região nos mais longínquos rincões.

O SIVAM / SIPAM é, na prática, uma ampla rede de radares terrestres (fixos e móveis) que se espalham pela região amazônica de forma a manter uma vigilância no espaço aéreo, além de uma rede de sensores aéreos de vigilância e sensoriamento remoto instalado em aeronaves, que visam ao monitoramento do espaço aéreo e da superfície. Outros equipamentos, como satélites, estações meteorológicas, plataformas de coleta de dados e sensores de monitoramento de comunicações, também são utilizados pelo sistema. Há também um subsistema de telecomunicações, que reúne os dados coletados aos diversos centros operacionais, e um subsistema de visualização e tratamento dos dados obtidos, para

interpretar e disponibilizar as informações, sendo a inteligência artificial do sistema (PILETTI, 2008).

O Serviço possui o potencial de incrementar o intercâmbio entre os países amazônicos, uma vez que, os radares e sensores do sistema têm grande alcance e monitoram parte da Amazônia que não pertence ao Brasil. O compartilhamento de informações junto aos órgãos governamentais daqueles países pode contribuir para uma ação multinacional de combate a ilícitos e crimes transfronteiriços, por exemplo. Becker (2009) afirma que representantes da Colômbia, Peru e Bolívia já manifestaram o interesse de seus países em receber sistematicamente informações colhidas pelo SIVAN/SIPAM.

Ribeiro (2005) propõe que, quando da gênese do Sistema, o intuito maior foi mudar o paradigma da administração pública, de modo a desenvolver atividades conjuntas entre os Ministérios envolvidos, com compartilhamento de informações e ação integrada, com otimização das informações adquiridas e promoção, tanto do conhecimento técnico-científico, quanto da vigilância da Amazônia, fatores fundamentais para a defesa nacional.

Para tal, a grande novidade foi colocar parte do sistema – SIPAM – sob as ordens da casa civil da Presidência da República, enquanto o SIVAM permanece subordinado ao Ministério da Defesa. Reconhece-se, assim, a dupla face do sistema: a face militar, de vigilância do tráfego aéreo e fiscalização da superfície, fundamental para a segurança das fronteiras, e a face civil que coleta, armazena e difunde dados e informações fundamentais para o conhecimento do território (RIBEIRO, 2005).

O SIVAM possibilita a elaboração de conhecimentos que subsidiem ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais que atuam na Amazônia e, assim, coletar dados que devem formar matrizes de informações a serem transmitidas ao SIPAM. A partir daí, a defesa da Amazônia pode ser vislumbrada muito além de uma questão exclusivamente militar, mas que envolve amplos setores da sociedade e do Estado.

Dessa forma, o SIVAM/SIPAM, representa o início de um entendimento de que para garantir a defesa da Amazônia é preciso, além da presença militar, que o Brasil dê fartas demonstrações de competência e responsabilidade para com o desenvolvimento da região e seu delicado ecossistema.

4.3 Programa Brasil Em Ação

O Programa Brasil em Ação foi implantado pelo governo federal em agosto de 1996, durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e abrangia 42 empreendimentos, sendo vinte e seis na área de infraestrutura e dezesseis na de desenvolvimento social. O Programa fazia parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul (THÉRY, 2005). Seu objetivo era o de aumentar a competitividade da economia nacional e propiciar a redução das disparidades regionais (SERRA, 2004).

O *Programa Brasil em Ação: Investimentos para o desenvolvimento*²⁸, da Presidência da República de 1996, descreve o Programa da seguinte forma:

A concepção geral desse programa é a ideia de que nós precisamos integrar o Brasil, de uma maneira equilibrada. E precisamos preparar o Brasil para que ele possa participar da economia, em nível internacional. Não existe aqui, a preocupação com um Estado particular da Federação. Os programas são desenhados, preferencialmente, buscando eixos de desenvolvimento, que é a concepção moderna do desenvolvimento. Não se trata de um polo de desenvolvimento que se concentre numa região, mas de um eixo que distribua seus efeitos numa área mais ampla, pois é necessário que o governo preste atenção ao conjunto do Brasil (BRASIL, 1996 p.1).

No programa, que estava materializado no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 1996-99, a noção dos eixos já estava presente, de modo a identificar os espaços regionais adequados para a atração de investimentos (SERRA, 2004). A mudança de noção de polos de desenvolvimento para os eixos de integração possuía a finalidade de gerar efeitos positivos e alavancar o progresso para regiões muito maiores. Essa mudança

²⁸ Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/brasil-em-acao-investimentos-para-o-desenvolvimento-1996/view>> Acesso em 07 jul 2018.

seria conseguida na medida em que a infraestrutura e o desenvolvimento econômico se dessem de maneira integrada ao longo dos eixos.

Dentro desse contexto, o Governo lançou, a partir de 1998, um programa, denominado de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), também conhecidos como corredores de integração, que tinham como principal objetivo não só a integração das diferentes economias regionais, como também a sua melhor articulação com o mercado internacional (SERRA, 2004).

Para Becker (1999), os Eixos representavam uma estratégia decisiva para o desenvolvimento regional da Amazônia, na medida em que eles tenderiam a atrair investimentos e migrantes, abrindo novas oportunidades econômicas para sua população. No entanto, ressalta que as pressões, em especial as de cunho ambiental, seriam amplificadas e que seu sucesso dependeria de uma série de políticas e medidas que levassem em conta as lições do passado e a complexidade da região. Essas políticas deveriam ser capazes de combater tais pressões e transformar os eixos em instrumentos ordenados de desenvolvimento territorial.

Os ENID se justificariam por representarem a redefinição da atuação do Estado no desenvolvimento produtivo. Seu papel era inserir o País no cenário competitivo e reduzir as disparidades econômicas e sociais entre as regiões, por meio de espaços que pudessem gerar investimentos articulados e atrair movimentos de capitais. Assim, os espaços selecionados poderiam desenvolver sua produção e seu escoamento, se inserindo no contexto de competição em tempos de globalização (BECKER, 1999).

De acordo com Brasil (1996), as obras que foram planejadas para a região amazônica e se articulam com o eixo hidroviário do Amazonas-Solimões foram as seguintes:

- 1) Integração terrestre:

- recuperação da BR-174, que liga Manaus à Venezuela, passando por Boa Vista, para impulsionar a Zona Franca de Manaus ²⁹e incrementar a exportação de sua produção através do Caribe;

- recuperação das BR-364 (Brasília - Acre) e 163 (Cuiabá - Santarém). A primeira faria parte de um futuro projeto de integração terrestre com o Peru para viabilizar uma saída através do Pacífico, já a segunda, facilitaria o escoamento de grãos do centro-oeste através do porto de Santarém;

2) Integração Energética:

- investimento na produção de gás natural na Bacia do Urucu, a fim de permitir soluções importantes para o fornecimento de energia ao polo industrial de Manaus e aos estados de Rondônia, Roraima e Acre;

- investimentos na linha de transmissão que ligaria a usina hidrelétrica de Tucuruí ao estado do Pará. Antes, essa usina servia apenas ao Maranhão para produção e exportação do alumínio;

- construção da linha de transmissão de energia elétrica produzida em Guri, na Venezuela, para o fornecimento ao estado de Roraima, ao longo do curso da BR-174;

3) Integração hidroviária

- revitalização da Hidrovia do Rio Madeira, que possibilitaria o escoamento da produção de grãos de Rondônia e Mato Grosso para a Europa, Ásia e América do Norte por navios. A Hidrovia se estende desde Porto Velho até o porto de Itacoatiara, no Amazonas; e

²⁹ A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.

A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O polo Industrial de Manaus possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O pólo Agropecuário abriga projetos voltados à atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras.

Disponível em: < http://www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm > Acesso em 08 jul 2018.

- abertura da Hidrovia Tocantins-Araguaia para transporte de grão do centro-oeste para o porto de Itaqui, no Maranhão, e de lá para o Atlântico.

O *Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento*³⁰, desenvolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), traçou um novo mapa sócio-econômico para o Brasil identificando oportunidades de investimento para o desenvolvimento sustentável e integrado da economia brasileira, do ponto de vista nacional e internacional. Distribuídos ao longo dos eixos traçados, conforme exposto na Figura 4, os projetos de infraestrutura deveriam alavancar o desenvolvimento social e a economia das regiões, com vistas à preservação do meio ambiente e à geração de informação e conhecimento.



Figura 3 - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Fonte: BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Disponível em:

<http://www.wisetel.com.br/biblioteca/doc_de_referencia/governo_brasileiro/eixos_integracao_desenvolvimento.htm>

Acesso em: 08 jul 2018.

³⁰Disponível em

<http://www.wisetel.com.br/biblioteca/doc_de_referencia/governo_brasileiro/eixos_integracao_desenvolvimento.htm> Acesso em 07 jul 2018.

Por fim, a Figura 5 demonstra os eixos de integração na América do Sul vislumbrados pelo Programa. Com ênfase na Amazônia, nota-se que a região seria cruzada por vários eixos, tanto na direção leste-oeste, quanto na norte a sul, associando a rede fluvial amazônica às rodovias para atingir o Pacífico e a região do Caribe.

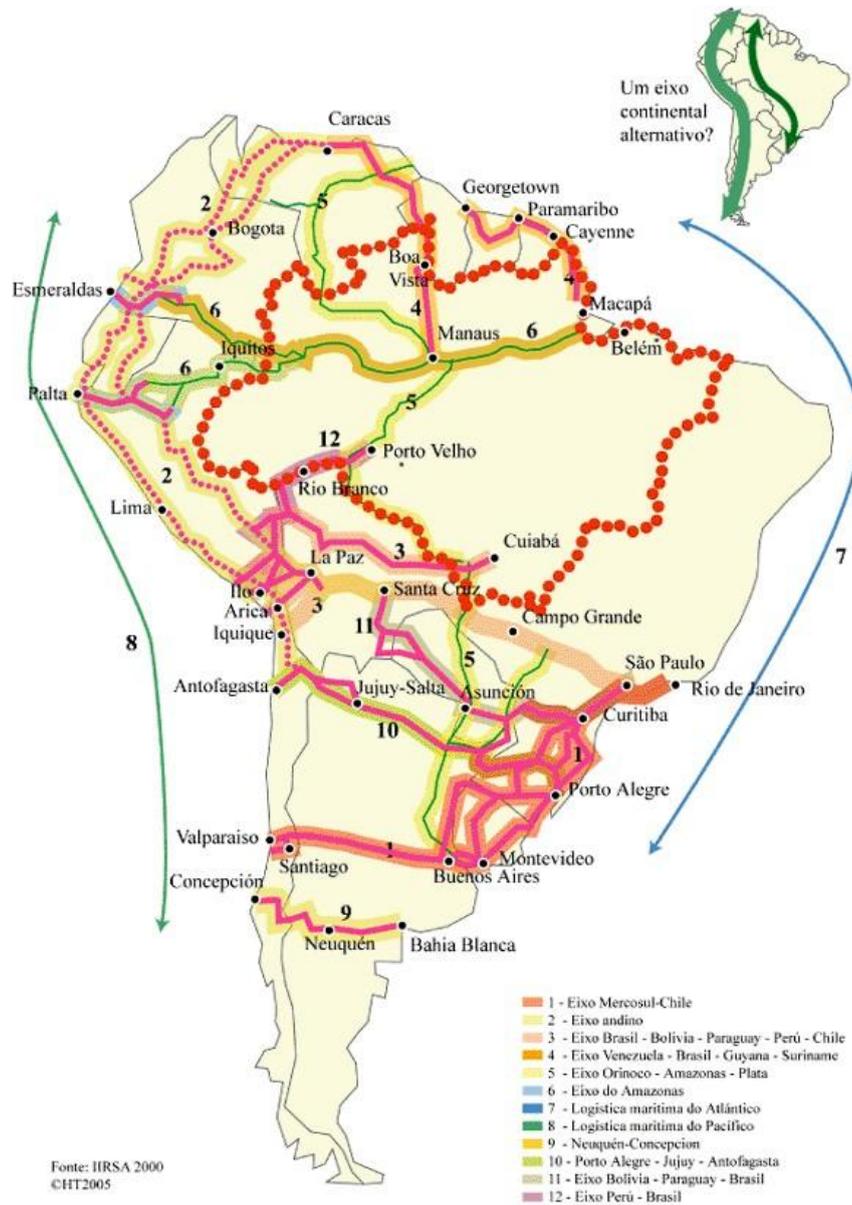


Figura 7 – Eixos de integração na América Latina

Figura 4 - Eixos de Integração da América Latina.
 Fonte: THÉRY, 2005 p.13

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar as políticas públicas realizadas para a integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia, implantadas pelo Estado Brasileiro em um contexto temporal compreendido entre o término do Regime Militar, com a presidência de José Sarney, em 1985, até o fim do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

A estratégia engendrada para atingir o propósito fundamentou-se na identificação do que foi planejado para o PCN, o Projeto SIVAM/SIPAM e os ENID, com vistas a identificar uma correlação com as ideias prescritas pelo General Meira Mattos ao longo de seus escritos.

Para tal, no capítulo 2, após a apresentação do conceito de Amazônia Legal, foram expostos os motivos que levaram o Governo Federal a criá-lo, seguido de uma breve caracterização da região. Ainda nesse capítulo, buscou-se demonstrar que o capital natural disponível fornece grande valor estratégico à Amazônia, a ponto de transformá-la em um espaço vital para o desenvolvimento do Brasil e despertar o interesse e a cobiça da comunidade internacional. Em seguida, os aspectos demográficos foram utilizados para comparar a densidade populacional da Amazônia Legal em relação ao restante do País e demonstrar a contradição entre os fartos recursos disponíveis e a condição de marginalização sócio-econômica vivida por seus habitantes. Por fim, foi feita uma breve caracterização da Amazônia sul-americana, ressaltando-se a necessidade de coordenação entre os estados limítrofes para a resolução dos problemas sociais e para a promoção do desenvolvimento econômico mútuo.

A obra do General Meira Mattos foi abordada no capítulo 3 com vistas a observar quais os pontos foram prescritos por ele para a integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia. Desse modo, inicialmente, estudou-se a proposta de alteração do eixo de interesse

geopolítico brasileiro, da fronteira sul para a Bacia Amazônica, onde propõe a substituição das rivalidades entre os vizinhos por uma cooperação regional para o desenvolvimento da Amazônia. Posteriormente, analisando-se a relação Espaço e Posição do Brasil, suas riquezas potenciais, a coesão de seu povo e sua história, Meira Mattos concluiu que já tínhamos condições de almejar lugar de Destaque frente às grandes potências mundiais. Por fim, abordou-se o conceito de Pan-Amazônia como forma de descrever a Amazônia dentro de um ambiente de cooperação sul-americana.

O capítulo 4 abordou as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para a defesa e desenvolvimento da região amazônica, dentro do contexto temporal proposto, conforme as seguintes:

A primeira delas, foi o PCN que, quando de sua gênese, visava a aumentar a densidade demográfica, promovendo a ocupação, o desenvolvimento ordenado e a segurança da região ao norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas. O Programa representa um alinhamento às ideias do General que, ao longo de sua obra, foi enfático ao afirmar que a região amazônica deveria ser conquistada, povoada e integrada ao restante do País, assim, contribuiria para o desenvolvimento brasileiro.

Seguiu-se a análise do Projeto SIVAM/SIPAM. O Projeto busca a elaboração de conhecimentos e a coleta de dados, de modo a formar a matriz de informações capaz de subsidiar a ação coordenada dos órgãos governamentais que atuam na defesa da Amazônia. Novamente, nota-se um alinhamento às ideias de Meira Mattos que, em *A Geopolítica e as Projeções de Poder*, já alertava que o Brasil deveria estar preparado para proteger seus interesses na região, em termos de economia e geoestratégia, bem como, em *Geopolítica e Destino*, o General citou a necessidade de expansão do papel estratégico do País nas áreas de interesse do Atlântico Sul e da Bacia Amazônica.

Por fim, a implantação dos Eixos de Desenvolvimento tinha a finalidade de reduzir as disparidades econômicas e sociais entre as regiões por meio da implantação de uma infraestrutura integrada ao longo dos eixos. Tais eixos se propunham, também, a interligar as regiões produtivas da Amazônia, associando sua rede fluvial às rodovias para atingir o Pacífico e a região do Caribe, em uma nítida proposta de integração pan-amazônica. As iniciativas de integração dos modais com os demais países fronteiriços, denotam a busca de uma política multinacional, proposta por Meira Mattos, com vistas a gerar desenvolvimento e progresso para todos os países limítrofes.

O PCN e o SIVAM/SIPAM possuem nítidas propostas de defesa e ocupação da Amazônia. Já os ENID, foram voltados para o desenvolvimento e integração daquela região, ao território nacional e ao exterior. Entretanto, embora possuam grande correspondência com as prescrições do General, a pesquisa não foi capaz de confirmar, categoricamente, que tais políticas públicas foram oficialmente influenciadas pelo geopolítico, uma vez que, em nenhum dos documentos oficiais pesquisados, notou-se qualquer citação ou referência à obra de Meira Mattos.

Apesar das fontes oficiais dos governos civis não admitirem a influência do General, o simples fato das políticas públicas estarem visivelmente alinhadas com suas prescrições é capaz de demonstrar a relevância do General na geopolítica do Estado Brasileiro, mesmo após o final do Regime Militar.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, identificar se atualmente as políticas públicas implementadas pelo Estado, mantêm-se alinhadas às ideias de Meira Mattos. Adicionalmente, caso tal alinhamento se confirme, poder-se-ia, ainda, pesquisar as razões para que o Governo não admita, de forma oficial, a influência das diretrizes do General na elaboração das suas políticas de integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p.71 – 86, Mai. 2005.

_____. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 172 p.

_____. *Os eixos de integração e desenvolvimento da Amazônia*. Revista TERRITÓRIO, ano IV, n° 6, p. 29-42, jan/jun 1999.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *O que é Amazônia Legal? Desafios do Desenvolvimento*. 2008, Ano 5, Edição 44 - 08/06/2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid>. Acesso em 14 mai 2018.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria do Programa Calha Norte. *O Programa Calha Norte*. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte>> Acesso em 19 jun 2018.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria do Programa Calha Norte. *Manual de Convênios e Contratos de Repasse: Normas e Instruções (1ª Edição/2018)*. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/normas_instrucoes_2018.pdf> Acesso em 26 jun 2018.

_____. Presidência da República. *Brasil em Ação: investimentos para o desenvolvimento*. Brasília., 1996. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/brasil-em-acao-investimentos-para-o-desenvolvimento-1996/view>> Acesso em 07 jul 2018.

CABRAL, Severino. *Meira Mattos e os Trópicos: O Homem Brasileiro e a Projeção Mundial do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra - Centro de Estudos Estratégicos, 2013. Disponível em <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Cadernos/CEE-012.pdf> Acesso em 11 jun 2018.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. *Defesa com democracia e desenvolvimento*. Revista Teoria e Debate, n° 24, 1994 p 31-35..

DENYS, Rubens Bayma. *O Projeto Calha Norte*. In: AMAZÔNIA E SOBERANIA NACIONAL, 1997, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1997. p.119-142.

DINIZ, Eugenio. *O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

DOMINGUES, Leyza Ferreira. *O tratado de cooperação amazônica e sua repercussão no processo de integração/cooperação dos países-membros na expressão de sua soberania frente à ameaça internacional*. Revista Jurídica, Brasília, v. 8, n. 78, p.64-72, Abr. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. *O Papel de Meira Mattos no Pensamento Geopolítico Brasileiro*. PPGEST - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. 2016. Disponível em < https://www.academia.edu/8311597/O_papel_de_Meira_Mattos_no_Pensamento_Geopol%C3%ADtico_Brasileiro> Acesso em: 09 jun 2018.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Coronel de Barranco*. 2 ed. Manaus: Valer, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 157 p.

_____, *Geopolítica: Livro 1: Projeção Mundial do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011. 315 p.

_____, *Geopolítica: Livro 2: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011. 315 p.

_____, *Geopolítica: Livro 3: A Geopolítica e as Projeções de Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011. 315 p.

_____, *Geopolítica: Livro 3: Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011. 315 p.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. *O PROGRAMA CALHA NORTE: Redefinição das Políticas de Segurança e Defesa nas Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais V. 13 , N. 2. Nov 2011. ISSN: 2317-1529 (eletrônico).

Disponível em: < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/398>> Acesso em: 19 jun 2018.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues. *O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial*. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____, *DESENVOLVIMENTO E DEFESA DA AMAZÔNIA: O PAPEL DO CALHA NORTE*. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. REVISTA GEONORTE. Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1493-1508, 2013, ISSN – 2237-1419 (Eletrônico).

Disponível em: < <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1248>> Acesso em: 26 jun 2018.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Governança e Financiamento do Projeto Calha Norte*. Novos Cadernos NAEA. v. 8, n. 1, p. 115-140, jun. 2005.

PILETTI, Felipe José. *Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército brasileiro e as ameaças não-tradicionais*. 2008. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

RAMIRES, Edson Henrique. *Amazônia legal, como Mantê-la Brasileira: Proposta para Preservar a Soberania na Região*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 24 – 48, Jan/Jun, 2010.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005. 540 p.

SERRA, Maurício Aguiar. *Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo* Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 108 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SILVA, Altiva Barbosa. *Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SILVA, Jussaramar. *Geopolítica e Fronteira Oeste: Diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva*. Revista Geográfica de América Central. Nº 58, p.125–150, jan-jun 2017, ISSN 1011-484X.

THÉRY, Hervé. *Situações da Amazônia no Brasil e no continente*. Estudos Avançados DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA I vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100003> Acesso em: 07 jul 2018.

TOCANTINS, Leandro (1983). *O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio. 131p.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984. 103 p.

VESENTINI, José William. *Geografia do Brasil: Brasil Sociedade e Espaço*. 30a edição, São Paulo: Ed. Ática, 2001. 280 p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. 2º trim./2002 – p. 81-98.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. *Meira Mattos, A Amazônia e o Livro*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra - Centro de Estudos Estratégicos, 2013. Disponível em <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Cadernos/CEE-012.pdf> Acesso em 14 jun 2018.